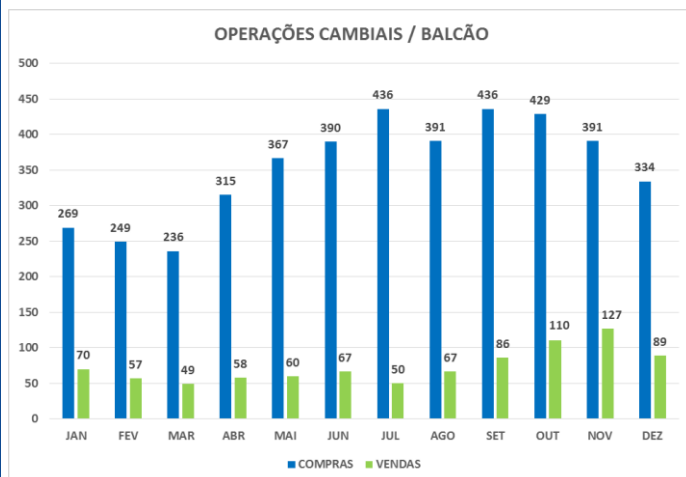


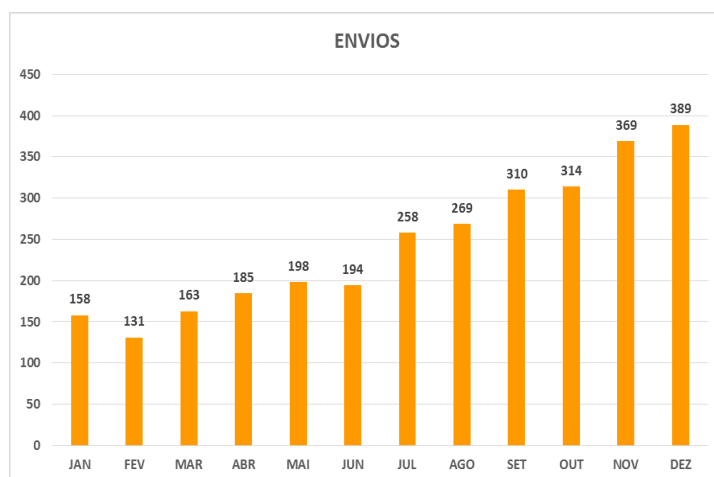


RELATÓRIO E CONTAS

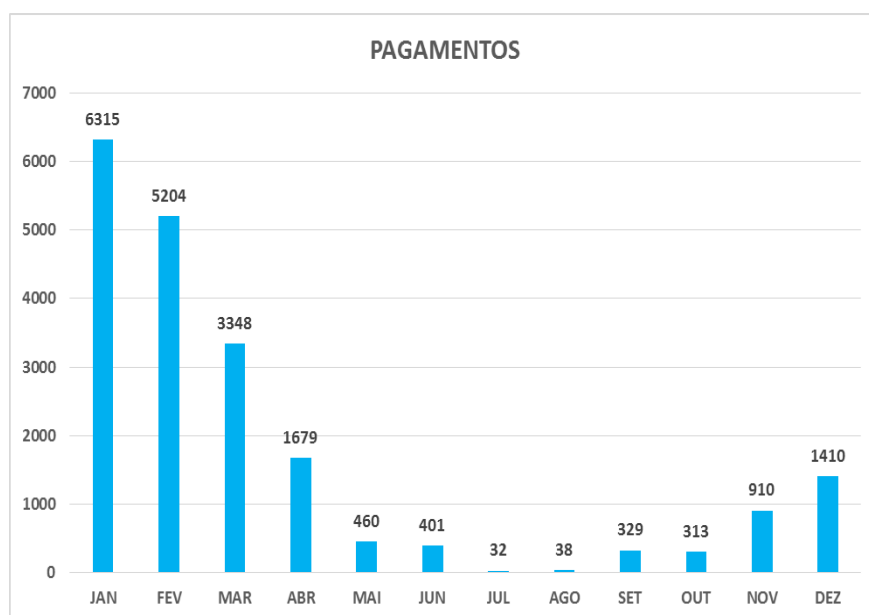
2016



Nº total Compras: 4243 / Nº total Vendas: 890



Nº total Envios: 2938



Nº total Pagamentos: 20439

ASSEMBLEIA GERAL - CONVOCATÓRIA

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 248º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 11º dos Estatutos, convocam-se os sócios da sociedade denominada, MaxPay – Instituição de Pagamento, Lda., pessoa colectiva matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o número de identificação fiscal e de matrícula 513050078, com o capital social de € 300.000,00, registada junto do Banco de Portugal com o número de código 8708, para reunirem em Assembleia-Geral que terá lugar no próximo dia **31 de Março** de 2017, pelas 17:00 horas, na sede social da sociedade sita na Praça Duque de Saldanha, nº 1, 4º N, 1050-094 Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:


Ponto Um: Apreciar, deliberar e votar o Relatório de Gestão, Balanço e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016;

Ponto Dois: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

Ponto Três: Deliberar sobre outros assuntos de interesse da Sociedade.


Lisboa, 15 de Março de 2017

A Gerência



Alice Moreira
(Sócia-Gerente)


MaxPay
Instituição de Pagamento, Lda.
NIF: 513 050 078
A Gerência



José Pereirinha
(Sócio-Gerente)



Instituição de Pagamento, Lda.

ASSEMBLEIA GERAL

31 De Março de 2017

ASSEMBLEIA GERAL

ÍNDICE

- Convocatória para apresentação de contas;
- Relatório do Conselho de Gerência;
- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Certificação Legal de Contas;
- Relatório e Parecer do Fiscal Único;
- Outros assuntos de interesse da Sociedade.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE GERÊNCIA

Em cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, e das normas estatutárias, o Conselho de Gerência da MaxPay – Instituição de Pagamento, Lda., apresenta o Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

A MaxPay, com capital social subscrito e realizado, no montante de 300.000,00 euros, tem a sede social na Praça Duque de Saldanha, 1 – 4º Piso – Letra N, 1050-094 Lisboa, matriculada na Conservatória do registo Comercial de Coimbra sob o número único de matrícula e pessoa coletiva nº. 513050078.

A atividade da Empresa consiste na realização de operações de compra e venda de moeda estrangeira, “traveller cheques”, numismática e transferências de dinheiro (remessas de valores) de e para o exterior.

A MaxPay iniciou a sua atividade em Junho de 2014, em Lisboa, no espaço Atrium Saldanha, loja nº. 61, tendo passado por uma fase inicial de grande dificuldade; somente foi considerada empresa viável depois do início da parceria com a MaxPay Angola, em Julho de 2014, com melhorias significativas a partir de Outubro de 2014.

Em Outubro de 2014 foi necessário proceder a um aumento de capital de 125.000,00 euros para 300.000,00 Euros por entradas de dinheiro novo para equilíbrio de balanço.

A partir de Outubro de 2014, a Empresa iniciou a sua fase de crescimento, tendo contribuído para isso o aumento das operações vindas da MaxPay Angola, a abertura da Agência do Campo Grande e a rentabilidade dos recursos humanos disponíveis.

O ano de 2015 foi um excelente ano, o número de operações aumentou consideravelmente e os resultados podem ser considerados de *excelentes*.

Nesse ano abrimos as seguintes agências:

- Corroios
- Portimão
- Leiria

No ano de 2016 a empresa, ainda muito dependente de Angola, com a escassez de divisas neste País, viu o número de operações baixar drasticamente com efeito significativo nos resultados da Empresa.

Durante o exercício de 2016, devido às coberturas oriundas de Angola chegarem em Euros, os nossos resultados refletem o aumento do valor das comissões em detrimento do resultado cambial.

Apesar das dificuldades, abrimos, no início do Ano, as Agências Fonte Nova e Sines.

Podemos considerar que as operações de compra e venda de moeda estrangeira já mostram algum volume e as transferências para o Brasil também.

ANO DE 2016

1 - ENQUADRAMENTO ECONOMICO

Em 2016, e de acordo com projeções do FMI, em termos mundiais, a economia terá crescido 3,4%, acima das estimativas relativas a 2015 (3,1%). As economias avançadas e emergentes foram as que mais contribuíram para esta melhoria.

O crescimento dos EUA foi superior ao da Europa e do Japão.

Os EUA, com um crescimento anual de 2%, e com uma taxa de desemprego na ordem dos 5% (considerado pleno emprego), com a inflação abaixo da meta dos 2%, e com o baixo preço do petróleo não convida a pensar que a economia vá acelerar rapidamente. O FED iniciou a subida das taxas de juro, depois de quase uma década com o preço do dinheiro perto do zero, embora de forma moderada, com uma subida de 0,25%.

Ano de eleições nos EUA, com a vitória de Donald Trump, o presidente da maior potencia económica mundial.

Após esta vitória assistiu-se a uma valorização acentuada da moeda norte americana, tendo esta atingido o valor em relação ao euro a rondar 1,04 (eur/usd).

Olhando para o Reino Unido, onde ocorreu um referendo sobre a permanência ou saída da União Europeia, tendo a população votado na saída, acontecimento denominado de "Brexit", que levou a libra a sofrer uma forte desvalorização, bem como a renúncia ao cargo de primeiro

ministro Sr. David Cameron e, rapidamente, a sua substituição pela senhora Theresa May. O Reino Unido terá crescido em 2016 na ordem 0,5%.

Segundo o FMI a Europa terá crescido 1,7% em 2016, graças ao desempenho das economias da França e de Espanha.

Olhando para o Brasil, verificamos que foi, para este País, um ano muito difícil, enfrentando uma recessão num cenário de inflação e juros elevados, agravado por uma crise política; o PIB do Brasil em 2016 reflete a situação do País terminando com uma contração de 3,5%.

De salientar o afastamento de Dilma Rousseff do Governo e Michel Temer, o seu vice, assume o seu cargo.

Em Cuba, morreu o grande comandante Fidel Castro, aos 90 anos de idade.

2- NACIONAL

Depois do colapso do BPN, BES, BANIF, as notícias sobre o Montepio Geral, não são as melhores; este banco requer uma intervenção urgente, além da polémica política e avultados prejuízos da Caixa Geral de Depósitos.

Portugal não se pode queixar, pois vivemos um período de grande sucesso, já que elegemos um presidente da Republica

com características únicas, destacando-se o seu lado humano, a simpatia, a forma inteligente como aborda todos os assuntos.

Por outro lado, temos um primeiro ministro que tem sabido levar o País em perfeita direção, e é um homem com muita fé, muito positivo e isso é meio caminho andado para o sucesso.

Em Portugal, durante o ano de 2016, conseguiu-se reduzir a taxa de desemprego para os 11,5%; o PIB situou-se nos 2%, bem acima das previsões mais otimistas que rondavam 1,7%.

A dívida pública Portuguesa aumentou 9,5 mil milhões de euros em 2016, face a 2015, para 241,8 mil milhões de euros.

As exportações aumentaram bem como o investimento estrangeiro e o turismo, fonte importante de captação de divisas e aumento de consumo interno.

As pessoas estão, em geral, bem mais otimistas.

O preço das casas aumentou na ordem dos 14%, bem como a procura, principalmente em Lisboa.

3-MAXPAY

O ano de 2016, para a MaxPay, foi bastante complicado pela sua dependência a Angola, País submerso numa grande crise económica e financeira.

Em consequência desta falta de divisas os resultados da Sociedade foram altamente afetados como veremos adiante.

Aspetos relevantes vividos na Empresa durante o ano de 2016

A MaxPay iniciou a sua atividade em Junho de 2014, com um capital social de 125.000,00 €, tendo apresentado nos três primeiros meses resultados negativos e sido forçada a fazer um aumento de capital de 175.000,00€, em Outubro, ficando com um capital social de Eur 300.000,00.

Depois do entusiasmo vivido na Empresa durante o ano de 2015, pelos resultados obtidos, enfrentámos o ano de 2016 com dificuldades, logo no primeiro trimestre, quando Angola deixou de ceder divisas às empresas de remessas.

Passámos, praticamente, todo o ano sem receber transferências de Angola e muito pouco de Cabo Verde, mercados com os quais trabalhamos.

A nossa dependência de Angola ainda é considerável, mas estamos a trabalhar no sentido de alargar os destinos/origem das nossas transferências e, conseqüentemente garantir a continuidade da empresa sem uma dependência total de Angola.

Os resultados não foram negativos pela gestão rigorosa, baixos custos, encargos sociais modestos, e assim iremos continuar.

Durante o ano em análise, verifica-se, na conta de proveitos, um aumento na rubrica de comissões em detrimento do resultado cambial, tal alteração deve-se ao facto das coberturas oriundas de Angola, chegavam em Dólares Americanos, e agora chegam em Euros.

Apesar de tudo, durante o ano de 2016, abrimos as seguintes agências:

- Sines
- Fonte Nova

As principais componentes dos custos de exploração relacionam-se com os encargos com pessoal e rendas.

Terminámos o ano com 31 colaboradores.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Gerência propõe em Assembleia Geral que:

- a) Seja aprovado o Relatório de Contas de 2016;
- b) O resultado líquido de Eur 141.043,09 seja aplicado da seguinte forma:

- Eur 7.052,15 para reserva mínima legal (5%)
- Eur 133.990,94 para reservas livres (95%)

A empresa não apresenta dividas ao Estado em situação de mora e a sua situação perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

ANO DE 2017

Os nossos objetivos para 2017:

- **Aumentar a quota de mercado a nível nacional promovendo o aumento dos envios para Brasil e outros destinos, bem como as operações de compra e venda de moeda estrangeira;**
- **Criar novas parcerias com a finalidade de abrir novos corredores;**
- **Aumentar a rede de balcões de forma a cobrir todo o País, contamos abrir em, Setúbal e Amadora;**
- **Aumentar o numero de parceiros quer em Angola quer em outros países;**
- **Oferecer melhor qualidade de serviços através da otimização dos recursos humanos;**
- **Dar cumprimento ao slogan da Empresa: Amor, Qualidade e Verdade;**

AGRADECIMENTOS

Os modestos resultados do ano de 2016 só foram possíveis graças ao empenhamento e dedicação de todos, pelo que, agradecemos:

- Ao Montepio Geral;
- À Caixa Geral de Depósitos;
- Ao Millennium;
- Ao MSBB;
- A todos os parceiros no exterior;
- Ao João Pereirinha pela forma como “agarrou” a Empresa e tem contribuído para o seu sucesso;
- À Vanda Lemos, Técnica Oficial de Contas, que com muita dedicação e empenho tem desenvolvido um trabalho excelente;
- A todos os funcionários e colaboradores;
- Ao Fiscal Único;
- Ao Banco de Portugal;
- À Polícia Judiciária;
- A todos os clientes e amigos que nos honraram com a sua preferência.

Enfim, a todos que tornaram possível o sucesso deste projeto, apresentamos os nossos agradecimentos.

Lisboa, 14 de Março de 2017



Os Sócios

Maria Alice Parreira Moreira - Quota de 65,10%

Catarina Gonçalves da Costa de Oliveira - Quota de 25%

José António de Amorim Pereirinha - Quota de 9,9%

O Conselho de Gerência

- **Maria Alice Parreira Moreira**
- **José António de Amorim Pereirinha**

Lisboa, 14 de Março de 2017

Maria Alice Moreira

MaxPay
Instituição de Pagamento, Lda.
NIF: 513 050 078
A Gerência

José António Pereirinha



MAXPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2016		2015		PASSIVO E CAPITAL	Notas	2016	2015
		Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4 e 5	475.579	-	475.579	414.720	Recursos de outras instituições de crédito	10	932.518	973.863
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 e 6	2.230.954	-	2.230.954	3.449.110	Passivos por impostos correntes	11	-	554.789
Outros ativos financeiros ao JV através de resultados	7	3.935		3.935	1.544	Outros passivos	12	568.938	733.550
Outros ativos tangíveis	8	284.166	(132.749)	151.417	189.858	Total do passivo		1.501.457	2.262.201
Ativos intangíveis	8	23.063	(17.679)	5.383	9.995	Capital	13	300.000	300.000
Ativos por impostos correntes	11	346.686	-	346.686	-	Reservas	14	1.478.716	222.374
Outros ativos	9	207.261	-	207.261	575.690	Resultado do exercício		141.043	1.856.342
						Total do capital próprio		1.919.759	2.378.716
Total do activo		3.571.643	(150.428)	3.421.215	4.640.917	Total do passivo e do capital próprio		3.421.215	4.640.917

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro 2016.

O Técnico Oficial de Contas:

A Gerência:

MAXPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015



(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2016	2015
Juros e encargos similares		(24)	(551)
MARGEM FINANCEIRA		(24)	(551)
Rendimentos de serviços e comissões	15	145.985	68.954
Encargos com serviços e comissões	15	(42.405)	(39.520)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao JV através de resultados		105	38
Resultados de reavaliação cambial	16	1.164.573	3.765.873
Outros resultados de exploração	17	(3.198)	(7.112)
PRODUTO BANCÁRIO		1.265.059	3.788.233
Custos com pessoal	18	(700.474)	(800.943)
Gastos gerais administrativos	19	(379.142)	(398.831)
Amortizações do exercício	8	(68.289)	(63.958)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		117.131	2.523.950
Impostos sobre lucros			
Correntes	11	23.912	(667.608)
Resultado do exercício		141.043	1.856.342

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados
no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Técnico Oficial de Contas:

A Gerência:



MAXPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

		2015						
Notas	Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Distribuição Dividendos	Total	Resultado do exercício	Total
Saldo no início do período de 2015	<u>300.000</u>					<u>300.000</u>	<u>422.374</u>	<u>722.374</u>
Aplicação do lucro do exercício de 2014		21.119	201.255		200.000	422.374	(422.374)	-
Distribuição dividendos					(200.000)	(200.000)		(200.000)
Lucro do exercício						-	1.856.342	1.856.342
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	13 e 14 <u>300.000</u>	<u>21.119</u>	<u>201.255</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>522.374</u>	<u>1.856.342</u>	<u>2.378.716</u>
		2016						
Notas	Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Distribuição Dividendos	Total	Resultado do exercício	Total
Saldo no início do período de 2016	<u>300.000</u>	<u>21.119</u>	<u>201.255</u>			<u>522.374</u>	<u>1.856.342</u>	<u>2.378.716</u>
Aplicação do lucro do exercício de 2015		92.817	1.163.525		600.000	1.856.342	(1.856.342)	-
Distribuição dividendos					(600.000)	(600.000)		(600.000)
Lucro do exercício						-	141.043	141.043
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	13 e 14 <u>300.000</u>	<u>113.936</u>	<u>1.364.780</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.778.716</u>	<u>141.043</u>	<u>1.919.759</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos capitais próprios
no exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Técnico Oficial de Contas:

A Gerência:



MAXPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Juros e rendimentos similares e comissões recebidas	15	145.985	68.954
Juros e encargos similares e comissões pagas		(42.429)	(40.070)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores		(1.307.108)	(1.106.179)
Resultados de reavaliação cambial	16	1.164.573	3.765.873
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(877.562)	(245.982)
Outros Recebimentos/pagamentos		425.825	826.124
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		<u>(490.716)</u>	<u>3.268.719</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	8	(20.624)	(201.052)
Ativos intangíveis	8	(4.613)	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		<u>(25.236)</u>	<u>(201.052)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Dividendos	14	(600.000)	(200.000)
Caixa líquida das actividades de financiamento		<u>(600.000)</u>	<u>(200.000)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1.115.952)	2.867.667
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.889.967	22.300
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.774.015	2.889.967
Diferença entre a Soma dos Fluxos e a variação de Caixa		-	-

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Técnico Oficial de Contas:

A Gerência:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Maxpay – Instituição de Pagamento, Lda., (adiante designada por “Maxpay” ou “Sociedade”), é uma sociedade por quotas, com sede social na Praça Duque Saldanha nº1, 4º N em Lisboa. Foi constituída no dia 18 de março de 2014, tendo por objeto social o exercício de envio de fundos e as atividades incluídas no objeto legal das Agências de Câmbios.

A Sociedade rege a sua atividade ao abrigo do Regime Geral das Instituições de Créditos e Sociedades Financeiras, encontrando-se sob a supervisão do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras da Sociedade a 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Gerência no dia 14 de março de 2017 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de acordo com a legislação comercial em vigor em Portugal.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da Maxpay foram preparadas, com base nos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal, no Aviso 1/2005, de 21 de Fevereiro, e definidas pelas Instruções 18/2005 e 23/2004 e outra legislação complementar para o setor, estabelecida pelo Banco de Portugal no uso, na sequência da competência que lhe é conferida pelo Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto - Lei nº 298/92, de 31 de dezembro e tendo em consideração o disposto no art.º 134º do referido Regime Geral, obedecendo às normas e princípios contabilísticos.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal.

As diferenças entre os dois normativos não têm impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

b) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Maxpay são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Sociedade), são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data da transação, sendo posteriormente atualizadas consoante as taxas em vigor à data do relato.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

b) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Obras em imóveis arrendados	1-6
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	8
Equipamento informático	3-5
Material de transporte	3-4
Equipamento de segurança	8



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são amortizados segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, em três anos.

d) Impostos sobre lucros

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), aplicável aos primeiros 15.000,00 Euros de matéria coletável, à taxa de 17%, aplicando-se a taxa 21% ao excedente acrescida de derrama estadual aplicável aos lucros tributáveis superiores a 1.500.000,00 Euros e até 7.500.000,00 Euros à taxa de 3% e respetiva derrama municipal.

Adicionalmente a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), veio proceder ao agravamento temporário dos limites e taxas da Derrama Estadual aplicáveis aos sujeitos passivos que apurem, a partir do exercício de 2013, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 1.500.000,00 Euros. Assim, relativamente ao exercício de 2015, a taxa de Derrama Estadual aplicável aos lucros tributáveis superiores a 1.500.000,00 Euros e até 7.500.000,00 Euros passa para 3%, e a taxa aplicável aos lucros tributáveis sujeitos e não isentos de IRC superiores a 7.500.000,00 Euros passa a corresponder a 5%, superior a 35.000.000,00 Euros passa para 7%.

Ao valor da Coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objeto de revisão por parte da Administração Fiscal, durante quatro anos. Em virtude desta regra, as declarações fiscais da Sociedade respeitantes aos exercícios de 2014 a 2016 ainda poderão vir a ser revistas e alterada à matéria coletável declarada. No entanto, a gerência da Sociedade entende que qualquer liquidação adicional que possa resultar destas revisões não será significativa para as demonstrações financeiras.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 12 anos após a sua ocorrência e são suscetíveis de dedução aos lucros fiscais reportáveis gerados durante esse período.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba apenas os impostos correntes.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico, devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

e) Caixa e seus equivalentes

Esta rubrica inclui “Caixa e seus equivalentes”, o valor nominal dos seus depósitos à ordem registados em “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, o saldo de caixa registado na rubrica “Caixa e disponibilidades em Bancos centrais”, o valor nominal dos depósitos a prazo até 3 meses registados na rubrica “Aplicações em Instituições de Crédito” e valor nominal dos descobertos bancários autorizados em “Recursos de Instituições de Crédito no País”.

f) Comissões de transferência de valores

A Sociedade auferir uma comissão sobre cada transferência de valores efetuada, calculada sobre o valor da ordem de transferência, quando aplicável.

3. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Maxpay os Órgãos Sociais da Sociedade, Gerentes ou entidades a eles relacionadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os custos suportados relativos à remuneração dos Órgãos Sociais da Sociedade, incluindo prémios, somam 170.056 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Rendas e alugueres” inclui uma renda de loja, num total de 12.000 Euros, cuja propriedade é de um dos sócios.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos das divulgações incluídas na demonstração de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem as seguintes componentes:

	2016	2015
Caixa	475.579	414.720
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.230.954	3.449.110
Recursos de Instituições de Crédito no País	(932.518)	(973.863)
Total	1.774.015	2.889.967

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	2016	2015
Caixa -Euros	355.440	334.775
Caixa - Moeda Estrangeira	120.139	79.945
Total	475.579	414.720

Representa o valor detido em caixa pelos diversos balcões.

6. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Disponibilidades em instituições de crédito no país	2.230.954	3.448.972
Valores a cobrar	-	138
Total	2.230.954	3.449.110

As disponibilidades em outras instituições de crédito incluem os valores enviados antecipadamente pelos parceiros (empresas de direito Angolano, sediadas em Angola) para a realização das operações de envio de fundos.

Essas contas bancárias refletem a transferência efetuada pelos parceiros para cobrir os valores a serem pagos pela Maxpay como agente pagador, por contrapartida do seu reflexo no passivo (Nota 10) outros recursos – valores a crédito de correspondentes e parceiros.

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVES DOS RESULTADOS


Esta rubrica é composta pelas entregas efetuadas para o Fundo de Compensação de Trabalho, atualizadas ao último valor da unidade de participação publicada à data de fecho, com impacto em resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

8. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento nos ativos tangíveis e intangíveis durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	2015				
	Saldos em 31/12/2014		Aquisições	Amortizações do exercício	Valor líquido em 31/12/2015
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			
<u>Outros activos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	23.274	(4.100)	55.065	(26.857)	47.382
Mobiliário e material	11.439	(872)	8.225	(2.105)	16.687
Maquinas de uso administrativo	3.133	(141)	4.177	(729)	6.439
Equipamento informático	11.272	(10.267)	26.952	(22.219)	5.738
Material de transporte	8.600	(239)	102.500	(5.002)	105.859
Equipamento de Segurança	4.772	(257)	4.133	(896)	7.753
	<u>62.491</u>	<u>(15.876)</u>	<u>201.052</u>	<u>(57.808)</u>	<u>189.858</u>
<u>Activos intangíveis:</u>					
Software	18.450	(2.306)	-	(6.150)	9.995
	<u>18.450</u>	<u>(2.306)</u>	<u>-</u>	<u>(6.150)</u>	<u>9.995</u>
	<u>80.941</u>	<u>(18.182)</u>	<u>201.052</u>	<u>(63.958)</u>	<u>199.853</u>
	2016				
	Saldos em 31/12/2015		Aquisições	Amortizações do exercício	Valor líquido em 31/12/2016
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			
<u>Outros activos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	78.339	(30.957)	5.744	(17.044)	36.083
Mobiliário e material	19.664	(2.977)	2.717	(2.734)	16.670
Maquinas de uso administrativo	7.310	(870)	3.133	(1.273)	8.300
Equipamento informático	38.224	(32.486)	6.323	(8.113)	3.948
Material de transporte	111.100	(5.241)	-	(28.492)	77.367
Equipamento de Segurança	8.905	(1.153)	2.706	(1.409)	9.049
	<u>263.543</u>	<u>(73.684)</u>	<u>20.624</u>	<u>(59.065)</u>	<u>151.417</u>
<u>Activos intangíveis:</u>					
Software	18.450	(8.456)	4.612	(9.224)	5.383
	<u>18.450</u>	<u>(8.456)</u>	<u>4.612</u>	<u>(9.224)</u>	<u>5.383</u>
	<u>281.993</u>	<u>(82.140)</u>	<u>25.236</u>	<u>(68.289)</u>	<u>156.800</u>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

9. OUTROS ATIVOS

	2016	2015
Outras disponibilidades sobre não residentes	168.665	520.209
Subtotal	168.665	520.209
Devedores e outras aplicações -		
Devedores diversos	12	133
Despesas com encargo diferido	36.559	33.452
Subtotal	36.572	33.585
Outras contas de regularização -		
Outros valores a regularizar	2.024	21.896
Subtotal	2.024	21.896
Total	207.261	575.690

A rubrica outras disponibilidade revela as disponibilidades sobre correspondentes e parceiros.

A rubrica "Despesas com encargos diferido" refere-se maioritariamente a cauções prestadas em contratos de arrendamento.

10. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	2016	2015
Recursos de outras instituições de crédito	932.518	973.863
Total	932.518	973.863

O valor em outros recursos inclui valores a crédito de correspondentes/parceiros para liquidação de operações de transferência (ver nota 6).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era o seguinte:

	2016	2015
Impostos correntes		
Pagamentos por conta	(359.455)	(119.075)
Impostos sobre o rendimento a pagar	12.770	673.863
Passivos por impostos correntes		554.789
Ativos por impostos correntes	(346.686)	
Total	(346.686)	554.789

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificado no exercício de 2016 e 2015 pode ser demonstrada como se segue:

Reconciliação da taxa efetiva

	2016		2015	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos (RAI)		117.131		2.523.950
Imposto apurado com base na taxa IR	21,00%	24.598	21,00%	530.030
Impacto da tributação reduzida sobre a matéria coletável até 15,000 Euros	-0,11%	(125)	-0,02%	(600)
Derrama	1,50%	1.757	1,50%	37.859
Derrama estadual 3% > 1,500,000		-		32.265
	22,39%	26.230	23,75%	599.554
Diferenças definitivas a acrescentar				
Encargos não devidamente documentados	1,89%	2.219	0,04%	885
Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais	0,00%	-	1,10%	27.835
Amortizações não aceites como custo	2,52%	2.953	0,01%	246
Outros	0,61%	720	0,07%	1.806
Benefícios fiscais				
Criação líquida de postos de trabalho	-17,00%	(19.915)	-0,53%	(13.294)
Remuneração convencional capital	-2,88%	(3.375)	-0,13%	(3.375)
Outros			-0,04%	(1.095)
Insuficiência/excesso de estimativa do imposto do exercício anterior	-0,33%	(8.253)	-0,06%	(1.407)
Tributação autónoma	10,41%	12.191	2,48%	62.709
	17,62%	12.770	26,70%	673.863
Taxa efetiva	17,62%	12.770	26,70%	673.863

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	2016	2015
Imposto corrente sobre os lucros		
Correções do imposto do ano anterior	(36.682)	(6.255)
Imposto sobre o lucro do exercício	12.770	673.863
Total	(23.912)	667.608

12. OUTROS PASSIVOS

	2016	2015
Setor público e administrativo	219.026	24.302
Outros Diversos		
Outros Fornecedores	14.158	12.456
Remessas de Clientes	232.805	347.884
Subtotal	246.963	360.340
Encargos a pagar		
Encargos com férias e subsídios de férias	87.723	76.570
Gratificações de Balanço	-	250.000
Gastos gerais administrativos	15.226	22.337
Subtotal	102.949	348.907
TOTAL	568.938	733.550

O Setor público e administrativo inclui imposto retido na fonte a terceiros e contribuições para a Segurança Social, cujos montantes encontram-se liquidados em janeiro de 2017.

As remessas de clientes estão relacionadas com transferência de remessas a pagamento para levantamento ao balcão pelo beneficiário.

A rubrica de encargos com férias e subsídio de férias compreende as responsabilidades da Empresa à data de 31 de dezembro para com o pessoal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

13. CAPITAL

Capital realizado	300.000
Total	300.000

A 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital da Maxpay, encontra-se integralmente subscrito e realizado, constituído por três quotas com o valor nominal total de 300.000,00 Euros.

14. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

	2016	2015
Outras Reservas e Resultados Transitados		
Reserva Legal	113.936	21.119
Reservas livres	1.364.780	201.255
Total	1.478.716	222.374

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço de reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 3 de Março de 2016, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, e foi decidido que o resultado líquido no montante de 1.856.341,98€ fosse aplicado da seguinte forma:

600.000,00€ para distribuição de dividendos, 92.817,00€ para Reserva Legal e 1.163.524,98€ para Reservas Livres.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

15. RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

A 31 de dezembro de 2016 e 2015 estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações sobre instrumentos financeiros	1.572	1.599
Por serviços prestados	144.413	67.355
Subtotal	145.985	68.954
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	(25.176)	(39.520)
Por operações realizadas por conta de terceiros	(17.229)	
Subtotal	(42.405)	(39.520)
Total	103.580	29.434

Os rendimentos obtidos resultam maioritariamente das remessas pagas com origem no exterior traduzindo-se num crescimento significativo da atividade de remessas de valores.

Os encargos referem-se maioritariamente a comissões e serviços bancários, resultante do aumento da atividade de remessa de valores.

16. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

A 31 de dezembro de 2016 e 2015 estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Ganhos por reavaliação cambial	1.360.673	3.951.143
Perdas por reavaliação cambial	(196.100)	(185.270)
Total	1.164.573	3.765.873

Os resultados de reavaliação cambial resultam, maioritariamente, da atividade de remessas. A reavaliação da moeda estrangeira é calculada com base no fixing editado pelo Banco de Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

17. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Outros rendimentos e ganhos operacionais	947	6.084
Outros encargos e gastos operacionais	(3.403)	(13.072)
Outros impostos	(742)	(124)
Total	(3.198)	(7.112)

O rendimento registado nesta rubrica refere-se maioritariamente a proveitos de exercícios anteriores.

Os gastos referem-se essencialmente a prejuízos operacionais.

18. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Remunerações		
Órgãos Sociais	170.056	294.065
Pessoal	408.991	399.644
Subtotal	579.047	693.709
Encargos Sociais		
Segurança Social	119.375	97.565
Outros encargos sociais obrigatórios	169	122
Subtotal	119.544	97.687
Outros custos com pessoal	1.883	9.547
Total	700.474	800.943

De acordo com a decisão da gerência foram aprovados e distribuídos prémios aos Órgãos Sociais e colaboradores, no montante de 11.337 Euros e 37.915 Euros respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

A Maxpay registou nos exercícios 2016 e 2015 um número médio de 31 e 27 colaboradores ao seu serviço respetivamente, com a seguinte composição:

19. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

No exercício de 2016 e 2015 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	9.542	4.763
Material de consumo corrente	9.812	18.743
Material de higiene e limpeza	209	188
Outros fornecimentos de terceiros	4.531	23.508
Subtotal	24.095	47.203
Com serviços		
Rendas e alugueres	120.749	94.496
Comunicações	16.942	19.355
Deslocações, estadas e despesas de representação	73.682	79.278
Publicidade	18.442	37.689
Conservação e reparação	3.303	9.972
Formação	32	1.187
Seguros	18.712	825
Serviços especializados	74.185	90.753
Outros serviços de terceiros	29.000	18.072
Subtotal	355.046	351.628
Total	379.142	398.831

A rubrica “Serviços especializados” é essencialmente composta por serviços informáticos, auditoria, serviços de segurança e vigilância.

Os saldos registados na rubrica “Outros serviços de terceiros” são maioritariamente referentes a despesas de condomínio do escritório e de lojas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

20. RISCO CAMBIAL

A Maxpay assume exposição de risco cambial derivado da flutuação das taxas de câmbio dos seus ativos.

O quadro seguinte apresenta os ativos convertidos à taxa de câmbio (Fixing) divulgado pelo Banco de Portugal na data do balanço.

MOEDA	QUANTIDADE		FIXING	TOTAL EM EUROS
	MOEDA	QUANTIDADE DIVISA		
ZAR	1.700	8.470	14,46	703
AUD	3.760	4.685	1,46	5.786
CVE	9.000		110,27	82
DKK	10.350	24.050	7,43	4.627
CAD	13.430	11.730	1,42	17.733
CHF	19.770	12.790	1,07	30.319
GBP	25.610	36.411	0,86	72.439
NOK	29.050		9,09	3.197
SEK	37.250		9,55	3.900
USD	38.007	28.268	1,05	62.873
BRL	41.169		3,43	12.001
JPY	374.000	495.000	123,40	7.042

21. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS E FISCAL ÚNICO

Os honorários do Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único da Sociedade relativos à Revisão Oficial de Contas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ascenderam a 8.000 Euros.

22. GARANTIAS PRESTADAS

A Maxpay tem registada uma garantia bancária prestada pelo Montepio, no valor de 15,029.31 € para cumprimento da renda da loja sediada no Aqua Portimão Shopping.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

23. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR LEI

A Gerência informa que a Maxpay não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

A situação da empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, dando cumprimentos ao estipulado no Decreto- Lei 411/91, de 17 outubro.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2016.

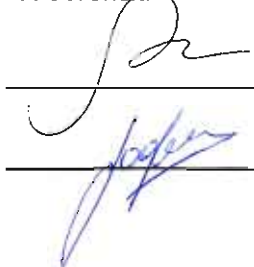
25. FACTOS RELEVANTES

Não existem compensações entre saldos devedores e credores.

A Maxpay utiliza o Software denominado “Trader”, propriedade da empresa Codeware – Consultoria, Desenvolvimento e Software, S.A que serve de base à gestão e contabilização da sua atividade.

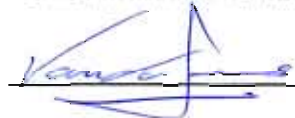
Lisboa, 14 de março de 2017

A Gerência



Handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'P' followed by a horizontal line and a second signature below it.

Técnico Oficial de Contas



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized signature above a horizontal line.

NEVES DA SILVA E MARIA J. PIMENTA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita com o nº 126 na LROC
NIPC 503 302 368

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **MaxPay – Instituição de Pagamento, Lda.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 3.421.215 euros e um total de capital próprio de 1.919.759 euros, incluindo um resultado líquido de 141.043 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de **MaxPay – Instituição de Pagamento, Lda.** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas definidas pelo Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos, de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas definidas pelo Banco de Portugal;



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar

a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

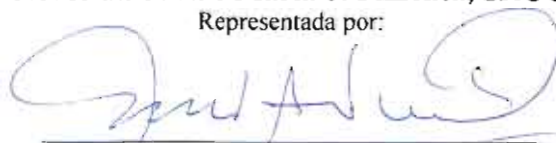
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3. al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

15 de Março de 2017

Neves da Silva e Maria J. Pimenta, SROC

Representada por:



Manuel António Neves da Silva (ROC nº 625)

NEVES DA SILVA E MARIA J. PIMENTA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita com o nº 126 na LROC
NIPC 503 302 368

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Sócios de
MaxPay – Instituição de Pagamento, Lda.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da actividade da Sociedade **MaxPay – Instituição de Pagamento, Lda.**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade da Gerência.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido da Gerência e dos serviços da Sociedade as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, verificámos a exactidão das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2016, que foram submetidas à nossa apreciação pela Gerência, e a sua conformidade com o Relatório de Gestão, bem como a adequada divulgação das políticas e critérios contabilísticos que presidiram à sua preparação. Consideramos que o Relatório de Gestão apresenta de forma adequada os principais aspectos da vida da Sociedade no ano de 2016 e as suas perspectivas futuras.

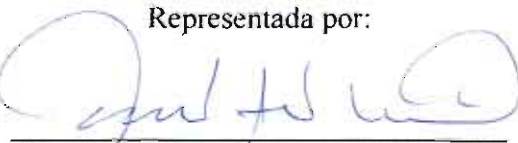
Como nos competia, procedemos nesta mesma data e na qualidade de Revisor Oficial de Contas à emissão da Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Face ao que antecede, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Sócios.

Desejamos ainda manifestar à Gerência e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 15 de Março de 2017

Neves da Silva e Maria J. Pimenta, SROC
Representada por:



Manuel António Neves da Silva (ROC nº 625)